

O Absolutismo e o Progresso da Guerra

Marcos da Cunha e Souza*

Resumo: Palestra proferida em 30 de julho de 2002, focaliza o tamanho dos exércitos e o recrutamento nos Estados absolutistas e as transformações deles resultantes na conduta da guerra entre 1618 e 1763.

Palavras-chave: Absolutismo, guerra de sítio, mercenarismo.

Este trabalho abrange a civilização ocidental, no período que segue desde a deflagração da Guerra dos Trinta Anos (1618) até o fim da Guerra dos Sete Anos (1763). Há uma arbitrariedade evidente nesses limites. Eis que não é fácil delimitar o absolutismo no espaço e no tempo. Em primeiro lugar porque alguns países, como a Holanda, nunca o experimentaram. Em segundo, porque ele se deu em épocas diferentes, segundo as particularidades de cada nação. Por fim, é comum cometermos o erro de confundir absolutismo com autoritarismo.

Os Felipes da Espanha, por exemplo, são frequentemente apontados como reis absolutistas. No entanto, o Conde-Duque de Olivares, ministro de Felipe IV, mostrou ao monarca, em 1625, o quanto este estava longe de controlar seu império. Olivares escreveu:

* Professor Doutor em Direito. Sócio honorário do IGHMB.

Que Vossa Majestade considere que a questão mais importante de vossa monarquia é tornar-se Rei de Espanha: eu quero dizer com isso, Senhor, que Vossa Majestade não se contente em ser rei de Portugal, de Aragão, de Valença, Conde de Barcelona, mas que trabalhe (...) para reduzir estes reinos, que compõem a Espanha, ao estilo e às leis de Castilha, sem que haja mais qualquer diferença...

O que o duque queria dizer, e isto valia também para os reis da França e da Inglaterra e para o imperador germânico, é que as autonomias gozadas por certas regiões do país limitavam o poder do rei como administrador, como legislador e como coletor de impostos.

Portanto, a essência do absolutismo implicava em conceder ao titular do poder um *status* acima de qualquer exame por parte

de outro órgão, fosse ele judicial, legislativo, religioso ou eleitoral. Eis o papel saneador do absolutismo: centralizar poder nas mãos do rei, com vistas a criar uma administração nacional, financiada por tributos nacionais, recolhidos por uma burocracia nacional. Atenuando os privilégios fiscais da Igreja e da nobreza, rompendo as barreiras das regiões autônomas, demolindo corpos legislativos locais e unificando o judiciário, o Estado deveria se tornar mais simples e mais eficiente.

É interessante notar que a instalação de regimes absolutistas se fez frequentemente sem oposição rígida. Na França, após as desordens da Fronde e a morte de Mazarino (1661), o reino aspirava um Estado unido, estável e forte. Cenário ideal para o reinado pessoal de Luís XIV. Na Dinamarca, em 1660, o fortalecimento da monarquia foi oferecido ao rei pelo clero e pela burguesia e aceito sem derramamento de sangue pela nobreza. Nos dois exemplos não houve nenhum documento de índole constitucional que atribuísse aos monarcas novos poderes. Luís apenas decidiu não mais nomear primeiros-ministros, enquanto os dinamarqueses reconheceram a hereditariedade da monarquia local – gestos de aparência limitada, mas que removeram grandes obstáculos.

No campo militar, como veremos, o absolutismo permitiu financiar, de forma mais adequada, o esforço de guerra. Em alguns casos, como o sueco, foi inclusive fator decisivo de desenvolvimento econômico. Com dinheiro e governo centralizado, os Estados europeus puderam construir fortificações modernas, adequadas aos avanços da

artilharia. Puderam ainda constituir exércitos cada vez maiores e bem equipados, abastecidos por um sistema logístico regular. Na seqüência, esses grandes exércitos passaram a demandar formas de serviço militar compulsório que, longe de serem universais, geraram grandes transformações sociais. Em alguns casos chegou-se a militarizar a própria sociedade, como na Prússia do século XVIII.

TAMANHO DOS EXÉRCITOS

O enorme crescimento dos exércitos durante o período absolutista é um fenômeno incontestável. O que ainda se discute é se os exércitos foram ampliados graças ao absolutismo ou, em sentido inverso, se o absolutismo floresceu graças ao crescimento dos exércitos. É talvez possamos dizer, ainda, que os dois fenômenos se completaram, de modo que o monarca fortaleceu seu exército e o exército fortaleceu o seu monarca.

Se tomarmos como exemplo a França do século XVII, veremos que não apenas os efetivos em tempo de guerra triplicaram em sessenta anos, como também os efetivos em tempo de paz tiveram um aumento significativo.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, os efetivos de outros países também alcançariam cifras fantásticas, exigindo dos Estados cada vez mais recursos e criatividade para se financiarem. No início do século XVIII, 75% da receita da França era destinada à guerra.

Por outro lado, países com tradição parlamentar, como a Inglaterra, não con-

seguiam levantar e manter grandes efetivos. Não era por falta de pujança econômica, mas por falta de interesse dos corpos legislativos. Em 1745, quando Carlos Eduardo Stuart desembarcou na Grã-Bretanha para reivindicar a coroa em nome de seu pai, o país estava defendido por apenas oito mil homens. E foram precisos quatro meses para levantar um exército de trinta mil.

O FINANCIAMENTO DA GUERRA

Exércitos cada vez maiores eram tão dispendiosos que a guerra poderia se tornar um jogo, onde o vencedor seria o último a falir. Ou, como se dizia: "Vitória irá para aquele que possuir o último escudo."¹

Assim, diretamente relacionado ao crescimento dos exércitos está o financiamento da guerra. Os reis pré-absolutistas encontravam neste campo um sério obstáculo de ordem constitucional. O Brandemburgo,² por exemplo, foi um palco indefeso de batalhas alheias durante a Guerra dos Trinta Anos porque seu governante não tinha poderes para criar impostos que pagassem um exército permanente. A obtenção deste poder, após a guerra, está diretamente relacionada com a instalação do absolutismo naquele Estado.

Um dos expedientes mais usados no período significava garantir a subsistência dos exércitos através da exploração de recursos extraídos junto à população civil de territórios nacionais, aliados, neutros ou inimigos ocupados. Era um sistema que alguns

historiadores chamam de *taxa de violência*. Além da desumanidade intrínseca, tinha vários inconvenientes de ordem prática. A arrecadação exigia o emprego de uma grande parcela do exército, gerava revoltas e nem sempre obtinha recursos suficientes.

A partir de 1675, o governo francês passou a tratar com rigor roubos e pilhagens da tropa, mesmo em países estrangeiros. Oficiais foram demitidos e soldos descontados dos regimentos para indenizar regiões atingidas por abusos. As contribuições recolhidas em territórios ocupados passaram a ganhar traços de tributo, recolhidas diretamente para os cofres do reino e não para as unidades. Em 1678, 18% do orçamento militar francês foi pago com contribuições recolhidas em território inimigo.

Neste passo, Frederico, o Grande, assim resumiu sua passagem pela Boêmia, em 1745: "Minha intenção nesta campanha era viver às custas do inimigo, comendo e exaurindo todos os seus suprimentos e recursos na área da Boêmia adjacente às nossas fronteiras."

Mas a grande contribuição do absolutismo para o financiamento das guerras foi na área tributária, embora seja difícil traçar um perfil comum aos diversos países. Antes do absolutismo, os tributos destinados à manutenção do exército tinham caráter geralmente provisório, emergencial. Sua cobrança dependia de um acordo entre a monarquia e os representantes da nobreza, do clero e da burguesia. Daí os efetivos insignificantes em tempo de paz. E esse acordo, que dependia da convocação de órgãos legislativos temporários (Parlamento ou Estados Gerais) não raro

1 Don Bernardino de Mendoza.

2 Região da Alemanha que tem por centro Berlim e que impropriamente chamamos de Prússia.

causava instabilidade política e obrigava o monarca a fazer concessões em outros campos. Lembremo-nos da crise parlamentar que precedeu a Guerra Civil Inglesa. O mérito do absolutismo, nesse campo, está na criação de sistemas tributários voltados para a manutenção de exércitos permanentes cada vez maiores. Outro progresso ficou por conta da estrutura burocrática mais eficiente e centralizada, presente tanto no momento da arrecadação quanto na realização da despesa.

Os empréstimos também foram uma fonte importante de financiamento. Mas os países absolutistas geralmente pagavam juros mais altos, pois tinham tendência a modificar unilateralmente as condições dos contratos. A Espanha, em uma dezena de oportunidades, promulgou *decretos de bancarrota*, alongando unilateralmente prazos de pagamento e reduzindo juros. Os credores não tinham então meios legais de se opor a essas medidas, mas puderam negar novos créditos em momentos cruciais. Em 1627, essa falta de crédito levou à paralisia do Exército espanhol.

Rendas menores e excepcionais podiam ser obtidas por diversas formas, como a venda de terras pertencentes ou confiscadas pela coroa. Uma fonte largamente utilizada pela França foi a criação e venda de ofícios públicos, especialmente aqueles relacionados ao judiciário e à coleta de tributos.

Um dos exemplos mais interessantes do período é o financiamento da Suécia durante a Guerra dos Trinta Anos. Quando Gustavo Adolfo assumiu o trono, em 1611, recebeu um país pobre, atrasado e

pouco povoado. Tinha, no entanto, grandes reservas de ferro e cobre. O rei então estimulou a entrada de capital estrangeiro para as áreas de mineração e indústria bélica, trazendo ainda técnicos estrangeiros e novas tecnologias. Às vantagens fiscais somavam-se o baixo custo da mão-de-obra local, muita madeira para queimar nas fundições e energia hidráulica abundante.

Com a Guerra dos Trinta Anos, a desestruturação das rotas comerciais européias beneficiaram as exportações suecas. Parte considerável da produção passou a ser transportada em navios mercantes nacionais. Em 1630, o país era auto-suficiente na produção de canhões e um dos principais exportadores. Em seguida, as vitórias de Gustavo Adolfo na Alemanha garantiram a posse de um vasto território apto a fornecer recursos.

Após a morte do rei, na batalha de Lutzen, os líderes civis e militares do país concordaram que o peso dessa guerra não poderia mais onerar o povo sueco. Assim, além de taxar os territórios ocupados e de cobrar resgates das cidades alemãs, recomeçou-se à cobrança do direito de passagem no Mar Báltico e à obtenção de empréstimos garantidos indiretamente pela França. A guerra passou a nutrir a guerra e isto é visível nos números. Em 1630, o governo precisou arrecadar na Suécia 2,8 milhões de dalers de prata para pagar a guerra na Alemanha (soma que superava os rendimentos normais do Estado). Em 1633, a soma caiu para 128 mil.³

³ Goran Hystad, *The Rise and Fall of the Swedish Empire*, em *CJHM, Acta n. 9*, Tel Aviv, p. 249.

O sucesso da Suécia em financiar a guerra, portanto, não residiu apenas em novas opções de financiamento mas, também, no desenvolvimento acelerado (se bem que temporário) de sua economia.

A GUERRA DE SÍTIO

O absolutismo, indubitavelmente, possibilitou também a proliferação de novas fortificações e a demolição de velhos castelos feudais. Mais uma consequência do fortalecimento do Estado e do aumento de sua capacidade financeira. A guerra de sítio foi um dos aspectos marcantes do período.

O sítio era uma operação longa e cara. Contra a cidade neerlandesa de Breda durou de agosto de 1624 a maio de 1625. As obras ligadas ao cerco de Bois-le-Duc (Hertogenbosch), em 1629, tinham quarenta quilômetros de comprimento. E quando o sítio se estendia pelo inverno, congelava os assediados em suas trincheiras.

Os franceses viriam a desenvolver sua própria técnica de assédio. Sob o reinado de Luís XIV surgiu Sébastien Le Prestre, *Seigneur* de Vauban (1633-1707), um engenheiro militar duramente educado pela prática e que logo ganharia a confiança do rei. Com Vauban, o sítio tornou-se racional, técnico e de resultados mais previsíveis. Desenvolveu métodos que, corretamente empregados, necessariamente deveriam levar à queda da praça, com economia de tempo e vidas humanas. No cerco de Ath (1697), com apenas duas semanas e 53 mortos ele logrou dominar uma guarnição de 3.800 homens.

O inconveniente do seu método estava no grande número de homens e recursos necessários, mesmo para as menores fortificações. Vinte mil soldados era o que ele considerava como o mínimo para garantir o sucesso de um sítio.

Além de se ilustrar na captura de fortificações, Vauban revolucionou também ao construir e reformar as praças que literalmente salvaram a França durante a longa Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714). Não que ele fosse entusiasmado pela proliferação de fortificações. Ao contrário. Advertia constantemente que o excesso de praças tirava soldados do exército de campanha, além dos recursos desperdiçados na construção e manutenção. "Dez praças a menos devem valer ao rei trinta mil homens a mais", dizia.

Para melhorar a eficiência do sistema de defesa francês, Vauban propunha que as fronteiras francesas ("seja por tratado ou por uma boa guerra") fossem mais retas, menos salientes. Era o que ele chamava de fazer o *Pré Carré*. Feito isso, ele sugeria uma linha dupla de fortificações, "à imitação da ordem de batalha", protegendo as fronteiras do reino em face dos Países Baixos e da Alemanha. Seu estilo fez escola por toda a Europa e sobreviveu muito além de sua vida.

Durante o absolutismo, foram muito mais frequentes sítios do que batalhas campais. Mesmo nas campanhas empreendidas por Frederico, o Grande, não faltaram cercos, como os de Praga (1744), Neisse (1740), Glogau (1740), Pirna (1756) e Olmutz (1758). Além disso, muitas batalhas campais famosas resultaram da tentativa de um

exército interromper o sítio empreendido por outro. Foram os casos em Rocroi (1643), Marston Moor (1644), Dunas (1658), Kahlenberg (1683), Narva (1700), Malplaquet (1709), Turim (1706), Poltava (1709) etc... O Duque de Marlborough, adepto da guerra de movimento, conseguiu travar apenas quatro batalhas importantes contra os franceses, em dez anos, à frente do exército britânico (1701-1711). No mesmo período, conduziu trinta sítios.

O RECRUTAMENTO

Durante os séculos XVI e XVII, os Estados tinham geralmente três formas de obter soldados: o recrutamento de voluntários (nacionais ou estrangeiros), o recrutamento compulsório e a contratação de exércitos mercenários.

Ao contrário do que se pensa, o recrutamento de voluntários era muito mais freqüente do que o compulsório. Houve época em que ser soldado era escolher uma profissão relativamente bem remunerada. Ganhava-se em média mais do que um pedreiro, além de receber alimento e, eventualmente, o produto de pilhagens.

Durante guerras muito prolongadas, porém, os salários ficaram menos atrativos e, vez por outra, foram até suprimidos. Ainda assim, os voluntários afluíam em grande número. Eram camponeses arruinados dispostos a ganhar qualquer coisa. O Marechal Lennard Torstensson, que assumiu o comando do Exército sueco em 1641, decidiu não mais oferecer soldo aos recrutas alistados na Alemanha, garantindo-lhes apenas comida, vestimen-

tu e saque. Durante a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714), a situação social da França decaiu a níveis insuportáveis, criando uma leva interminável de voluntários famélicos e levando o Marechal Villars a comentar que "a infelicidade das massas foi a salvação do reino". Dessa forma, no início do século XVIII, o simples soldado é um pária, mal alojado, mal pago, vestido de forma incômoda (ainda que espalhafatosa, a princípio). Seu soldo equivalia ao de um servente.⁴

Além disso, havia entre os voluntários quem buscasse defender sua religião, ainda que sob a bandeira de monarcas estrangeiros. O escocês Robert Monro, que serviu no Exército sueco, afirma ter ido à guerra no continente em busca de aventura, experiência militar e, principalmente, para defender o protestantismo. Calcula-se que 25 mil católicos irlandeses alistaram-se no Exército francês como forma de combater os britânicos. E entre aqueles que buscavam apenas aventura, encontramos Ambrósio Richshoffer, que aos 18 anos de idade participou da invasão de Pernambuco.

Mas, sem dúvida, em vários momentos, os voluntários não foram suficientes. A França, cuja luta com a Espanha (1635-1659) ultrapassou a duração da Guerra dos Trinta Anos, foi obrigada a adotar temporariamente um recrutamento compulsório que tinha por principal alvo os excluídos da sociedade (*gens sans aveu*). Nas paróquias, caso os voluntários não cumprissem a quota local, as autoridades estavam obrigadas a indicar indivíduos entre

⁴ *Guerre et Paix dans L'Europe du XVIIIème Siècle*, p. 240.

os menos produtivos. Em 1649, os vagabundos de Paris tiveram que escolher entre o Exército e o serviço nas galés.⁵ Assim, a necessidade de novos recrutas gerou também o descontrole quanto à qualidade do elemento humano incorporado às fileiras. A coação também foi empregada pela França com vistas a criar o Exército de quase duzentos mil homens que iniciou a Guerra da Holanda (1672).

Esse processo foi se acentuando, influenciado também pelo aumento dos efetivos dos exércitos permanentes. Isso levou alguns países a instituir sistemas semelhantes ao serviço militar. Um destes sistemas já fora usado em outras épocas. Era o recrutamento regional, que obrigava as províncias, ou mesmo as paróquias, a fornecerem e equiparem um certo número de homens com certa regularidade. Não era, portanto, uma obrigação pessoal do cidadão para com o Estado, mas uma obrigação coletiva, da província ou região.

O passo seguinte foi estabelecer um serviço militar a partir da designação de *recrutáveis* em função de terem atingido a idade adulta (de 16 a 20 anos de idade, dependendo do país ou da época). O que não significa que todos seriam alistados, mas estavam sujeitos a serem designados. Na França era feito um sorteio entre os componentes da lista de recrutáveis. Mas, em princípio, os homens assim alistados serviam para compor uma milícia nacional, separada do Exército regular. No reinado de Luís XIV, esta milícia substituiu, nas fortificações, os regimentos enviados para o *front*. A partir de 1704, batalhões

de milicianos passaram a ser incluídos em regimentos regulares. Dois anos depois, as necessidades do país fizeram com que os sorteados fossem enviados diretamente para os batalhões de linha. Era o serviço militar obrigatório mediante sorteio. Essa prática, bastante impopular, levou a um grande índice de deserções, aumentadas por abusos e violências. Durante a Guerra de Sucessão Austríaca (1740-1748), 30% dos 260 mil soldados levantados pela França vieram da milícia.⁶ Evolução semelhante se passou em outras partes da Europa.

A Suécia, embora tenha usado largamente tropas mercenárias, foi o primeiro país a organizar um Exército permanente fundado sobre o princípio do serviço militar. Mas isto se deu por meio de uma evolução lenta, iniciada em 1544, e que se estendeu por 150 anos.

Geoffrey Parker apresenta, no seu livro *The Military Revolution*, números interessantes relacionados a essa fase do sistema sueco. Anualmente, o governo especificava um quota de homens a serem alistados – 13.500, em 1627; 11.000, em 1628; 8.000, em 1629; 9.000, em 1630 etc. Quotas aparentemente pequenas, porém monstruosas para a demografia sueca. Um reflexo concreto vem da paróquia de Bygdea, que forneceu 230 jovens entre 1621 e 1639, dos quais 215 morreram e 5 voltaram aleijados. Dos dez restantes, embora ainda em serviço em 1639, talvez nenhum tenha voltado para casa quando a Guerra dos Trinta Anos acabou, nove anos depois. Dos 27 que foram alistados em

5 John A. Lynn, *Giant of the Grand Siècle*, p. 356/357.

6 *Armées et sociétés en Europe de 1494 à 1789*, p. 64/65.

1638, apenas um estava vivo na contagem do ano seguinte.

Esse sistema não deixaria de gerar protestos, pois os camponeses eram tirados de suas fazendas sem consideração quanto às suas situações pessoais. Em 1644, a base do recrutamento passou a ser sobre grupos de fazendas (*rotar*) e não mais o sorteio entre grupos de homens. Um verdadeiro cadastro militar foi elaborado. E, com a crise nacional aberta após a derrota frente ao exército prussiano (1675), algo mais radical deveria ser feito.

A reforma militar veio à reboque de uma grande reforma do sistema agrário. O Rei Carlos XI, após a desastrosa guerra com a Dinamarca e Brandemburgo (1675-1679), tomou para si poderes especiais, incorporando à Coroa terras da nobreza e, com elas, criando o sistema da *Indelta*. À exceção da guarda real e da artilharia, todo o recrutamento do Exército repousaria sobre a *Indelta*. Por esse sistema, dentro dos *rotar* o soldado recebia, em tempo de paz, um pedaço de terra para cultivar com sua família. Isso reduzia consideravelmente a despesa do Estado com sua manutenção. As terras dos soldados ficavam próximas às terras recebidas por seus capitães, dando origem a pequenas vilas militares dentro dos *rotar*. Essa proximidade permitia levar uma vida civil sem deixar de lado o treinamento militar. As companhias de um regimento eram ligadas por estradas que, por sua vez, levavam o regimento até os portos de embarque. Este sistema, que se prestava bem à defesa do país, permitiu a Carlos XII ter um Exército treinado para combater na Europa Central e Oriental no curso

da Grande Guerra do Norte (1701-1721). Para o Estado sueco a *Indelta* garantiu a manutenção de um Exército permanente, pouco oneroso em tempo de paz e que respondia ao problema social de sobrevivência da família na ausência do militar. Para a economia sueca, contudo, a *Indelta* resultou em retrocesso, pois criou uma economia rural de subsistência em detrimento da vocação internacional que vinha prevalecendo desde Gustavo Adolfo. Reflexo típico de uma reforma agrária malfeita e que deveria nos servir de lição, ainda hoje.

Muito da personalidade prussiana se deve ao sistema de cantões criado no século XVIII pelo governo de Berlim, que limitava as liberdades individuais dos jovens a partir dos 10 anos de idade. Esse sistema evoluiu das milícias criadas em 1701, onde os jovens camponeses tinham que dedicar certos dias ao treinamento militar. Em seguida, o Rei Frederico Guilherme declarou (pelo decreto de 9 de maio de 1714) que os jovens "pela sua natureza e especial ordem e comando de Deus altíssimo são responsáveis e obrigados a servir com sua propriedade e seu sangue". Mas o sistema de cantões propriamente dito, que ligava cada jovem ao regimento do seu distrito e que limitava seu direito de se mudar e até de se casar, somente veio a ser implantado em 1733.

A própria criação do sistema de cantões tem relação direta com a introdução do absolutismo na Prússia. Hans Delbrück descreve o ato de criação desse sistema como "a proclamação do princípio do poder ilimitado da nação, materializada no rei, para dispor de seus súdi-

tos segundo a sua vontade, de acordo com suas necessidades”.

Graças às suas reformas, Frederico Guilherme deixou para seu filho, o futuro Frederico, o Grande, um Exército de 68 mil homens em um país de apenas 2,2 milhões de habitantes (1740).

No entanto, apesar das aparências, o cantonamento não significou o início do serviço militar obrigatório, por três motivos: 1) várias categorias profissionais, assim como os filhos de famílias com renda acima de 10 mil dalers estavam isentos; 2) o governo continuava a preferir o recrutamento de voluntários; 3) a Prússia preferia ainda ter uma grande proporção de mercenários, como forma de não desviar da economia sua mão-de-obra.

Nesse sentido, Frederico, o Grande, considerava ideal que o efetivo das companhias fosse constituído por dois terços de estrangeiros, muitos destes vindo de outros exércitos. Durante a Guerra dos Sete Anos ele, inclusive, alistou à força milhares de soldados inimigos capturados. Daí a sua eterna preocupação em evitar deserções, expressa em inúmeras instruções.

Não podemos esquecer de mencionar, por fim, o recurso a *empresários da guerra*. Este último sistema, bastante prático, tinha o nome de *condotta* na Itália, e deu origem ao termo *condottiere*, para designar os generais-empresários⁷ contratados pelos príncipes. Teve seu apogeu naquela

península durante o século XVI e, em seguida, na Alemanha durante a primeira metade do século seguinte.

O recurso a generais-empresários se justificava em várias hipóteses. Mas, em linhas gerais, vinha da necessidade de se levantar rapidamente um exército usando, freqüentemente, homens trazidos de outros países (os mercenários). A existência de um tal serviço especializado permitia ao monarca ter efetivos reduzidos em tempo de paz, em prol das finanças públicas. Às vezes, simplesmente comprava-se um exército mercenário já existente, como foi o caso da tropa de Bernard de Saxe-Weimar adquirida pela França em 1635. Esse sistema costumava garantir boa qualidade técnica, mas pouca lealdade. Alguns mercenários buscaram, inclusive, usar de sua influência para se fazerem senhores, príncipes. Foi o caso do já citado Wallenstein, que chegou a receber do imperador germânico a posse de um ducado na costa do Báltico.

Ao nosso trabalho, interessa anotar que os comandantes mercenários perderam sua influência política, e até militar, durante o absolutismo. Já não se viam mais homens como Wallenstein, Mansfeld e Saxe-Weimar tentando usar seus exércitos para criar para si novos estados. Já não se viam mais exércitos mercenários autônomos, mas sim regimentos formados por mercenários e enquadrados aos exércitos nacionais.

PODER NAVAL

Embora os Estados absolutistas fossem capazes de eventualmente imprimir saltos de

7 Os historiadores criaram vários termos para designar aqueles que exerciam essa atividade. Geoffrey Parker refere-se a eles como *contratadores privados* ou *empresários militares*. Alguns franceses os chamam simplesmente de *entrepreneurs*.

crecimento no que tange às suas forças navais, eram nesse aspecto menos eficientes do que Estados de regime parlamentar. Estes últimos (especialmente a Inglaterra e a Holanda), por atraírem mais investimentos e por possuírem gigantesca frota mercante, estavam mais propensos a manter um elevado padrão de qualidade.

Contudo, Pedro, o Grande, soube usar seu poder absoluto para construir em poucos anos frotas admiráveis, tanto no Mar Negro quanto no Báltico. Com mão de ferro e muito entusiasmo, esse personagem único trabalhou pessoalmente na construção da força de 86 navios que desceu o Rio Dón, em 1699, para atacar os turcos. Depois, a partir de 1710, construiu, no Báltico, um frota de 93 galeras a remo que, manobrando por fiordes e águas rasas, destruiu o poder naval sueco na região.

CONCLUSÃO

Sem querer mais nos alongar, havia no Estado absolutista uma obstinação que servia tanto para o bem quanto para o mal. O absolutismo tornava a vontade nacional menos vulnerável aos infortúnios da guerra. Peguemos como exemplo a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714). O comandante inglês, Marlborough, embora tenha conseguido realizar feitos inesquecíveis durante vários anos, capturando, como já se disse, cerca de trinta praças francesas, foi destituído após vencer a batalha de Malplaquet. A insatisfação popu-

lar gerada pelos milhares de britânicos mortos naquela refrega acabou por mudar a direção do Parlamento britânico. Essa mesma insatisfação parlamentar levaria a Inglaterra a abandonar seus aliados em um momento decisivo. Por outro lado, a França, apesar de anos de insucessos e humilhações neste mesmo conflito, soube esperar até que a famosa manobra de Denain (1712) a recolocasse em pé de igualdade com seus adversários, abrindo caminho para uma paz aceitável. O mesmo se pode dizer da Rússia de Pedro, o Grande, durante a Grande Guerra do Norte (1700-1721). Porém, essa mesma obstinação, por vezes, levava à destruição do Estado, como foi o caso da Suécia de Carlos XII e poderia ter sido o destino da Prússia de Frederico.

Concluindo, o Estado absolutista foi um processo importante para a modernização de certos países. No campo militar, embora tenha apresentado alguns pontos fracos, foi responsável por grandes transformações. A centralização administrativa praticamente extinguiu os exércitos mercenários, sem no entanto dispensar o emprego de estrangeiros. Desenvolveu formas compulsórias de alistamento que serviriam de base para o serviço militar moderno. Regulamentando o alistamento, diminuiu velhos abusos. Financiou e abasteceu efetivos cada vez maiores. Permitiu, por fim, a construção de dezenas de fortificações modernas, dentro de padrões científicos.

